

POLÍTICA

O pacote que vem no lugar do 2.045

Delfim e Galvêas definirão suas propostas até amanhã, depois de conversar com Leitão de Abreu e Figueiredo. As principais dúvidas estão na parte fiscal.

Os ministros da Fazenda, Erna-
ne Galvêas, e do Planejamento,
Delfim Neto, definem até amanhã
o pacote econômico que será anun-
ciado pelo governo — possivelmen-
te pelo próprio PDS — para substi-
tuir o Decreto-Lei 2.045. Fontes
credenciadas do Ministério da Fa-
zenda asseguraram ontem que
pouca coisa está decidida até ago-
ra, porque Galvêas e Delfim ainda
terão reuniões com o chefe do Ga-
binete Civil, Leitão de Abreu, e
depois submeterão o pacote ao
presidente João Figueiredo.

Técnicos do Ministério da Fa-
zenda já elaboraram a primeira
versão do pacote, que inclui um
decreto-lei, um decreto, um proje-
to de lei e várias exposições de
motivos. O projeto de lei, que
abrange a política salarial, institui
gradualmente a livre negociação
dos salários entre empregados e
empresa.

Ontem, um assessor de Galvêas
foi enfático ao desmentir fontes da
Seplan citadas pela imprensa, de
que o FMI é contrário à negociação
coletiva. A fonte da Fazenda lem-
brou que um relatório confidencial
do Fundo, datado de 11 de feverei-
ro deste ano, destacava que o go-
verno brasileiro já havia adotado
as primeiras providências para a
eventual introdução de um sistema
de livre negociação.

— O que o FMI condena, expli-
cou a fonte, é o aumento real na
remuneração individual resultan-
te de promoções, etc, e considera
que isso deve ser neutralizado por
uma redução na folha de paga-
mentos.

Os pontos

Quanto ao pacote tributário, o
governo já definiu alguns pontos,
que são os seguintes:

— O Imposto de Renda na Fon-
te sobre as aplicações das pessoas
físicas no **open market** terá sua
alíquota elevada de 4% para 8%.
Com isso, o Tesouro terá uma re-
ceita adicional de Cr\$ 170 bilhões.

O imposto na fonte sobre as
sociedades civis será elevado de
3% para 6%, proporcionando mais
Cr\$ 48 bilhões.

A tributação sobre os dividen-
dos das sociedades de capital abe-
rto passa de 15% para 25%, e de
capital fechado passa de 25% para
30%. A previsão do Ministério da
Fazenda é de que isso propor-
cionará uma receita adicional de Cr\$
50 bilhões.

— Será criada uma faixa adi-
cional de 60% na tabela progressi-
va do Imposto de Renda, propor-
cionando mais Cr\$ 10 bilhões de
receita, segundo as primeiras esti-
mativas.

Ainda não foram decididas as
seguintes medidas:

• Equiparação da tributação
dos rendimentos dos títulos com
correção monetária pós-fixada a
dos títulos com correção prefixada,
estabelecendo-se a alíquota de
15% sobre o rendimento nominal
(correção monetária mais juros). •
Mudança na cédula G (tributação
sobre atividades agrícolas): deve
ser reduzido de 80% para 50% o
percentual da receita bruta que
pode ser reduzido a título de in-
centivo aos investimentos; ou eli-
minada a opção de pagamento de
15% sobre a renda bruta. Os ganhos
obtidos na negociação de ações em
Bolsa, adquiridas e vendidas em
um prazo máximo de um ano, de-
vem sofrer a taxa da tabela pro-
gressiva; há também a alternativa
de uma tributação fixa de 25%. • O
nível de isenção do Imposto de
Renda da pessoa jurídica passa de
4.000 ORTNs (Cr\$ 23,5 milhões) pa-
ra 10.000 (Cr\$ 50,8 bilhões) ORTNs
da receita bruta anual, inclusive a
não-operacional. • Aumento da alí-
quota máxima do Imposto de Ren-
da das empresas, de 30% para 32%
ou 35%. Essa alteração permitirá
uma receita adicional entre Cr\$
200 e 300 bilhões.

O Ministério da Fazenda está
negociando com os Estados o envio
ao Senado Federal de projeto de
lei elevando a alíquota do ICM
(Imposto sobre Circulação de Mer-
cadorias) de 16 para 18%. O empre-
sariado já se manifestou inteira-
mente contrário e o presidente da
Associação Comercial de São Pau-
lo, Guilherme Afif Domingos, já
ameaçou que se a alíquota aumen-
tar ele leva o empresariado para
protestar na rua.

As propostas do PDS para au-
mentar a arrecadação dos Estados
e Municípios e que estão sendo
examinadas pelo Ministério da Fa-
zenda são as seguintes: 1) elevação
de 11% para 13% do percentual das
receitas do Imposto de Renda e do
IPI (Imposto sobre Produtos Indus-
trializados) destinadas aos Fundos
de Participação dos Estados, do
Distrito Federal, Territórios e Mu-
nicípios; 2) criação do Fundo de
Ressarcimento dos Estados para
compensar parcialmente a perda
de receita decorrente da isenção
de ICM sobre exportações. O fundo
será composto por parcelas de re-
ceitas dos impostos de exportação
e de importação; 3) elevação de
40% para 50% do percentual de
arrecadação do Imposto Único so-
bre Combustíveis e Lubrificantes
destinado aos Estados e Municí-
pios; 4) inclusão do IPI na base do
cálculo do ICM incidente sobre ci-
garros.

O Grupo dos Onze do PDS que
está estudando alternativas à polí-
tica econômica reúne-se hoje no
Rio de Janeiro.